PRODUÇÃO DA OPINIÃO JORNALÍSTICA NA BERLINDA¹

Ananias José de Freitas²
Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires³

Resumo:

O artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o processo de produção da opinião no âmbito do jornalismo político. Para tanto, optou-se pela reconstituição da narrativa jornalística de um acontecimento jornalístico específico: a deportação, pelo governo brasileiro, dos boxeadores cubanos que abandonaram a delegação de seu país nos Jogos Pan-Americanos do Rio Janeiro. Pretende-se, assim, discutir como são produzidos – e desqualificados, por vezes – os pontos de vista de jornalistas e fontes que comparecem na esfera de visibilidade midiática, bem como, problematizar o fato de opiniões expressas em editoriais e colunas políticas, por exemplo, se contrapõem às informações fornecidas pelo próprio jornal e identificar a presença do opinativo no espaço noticioso. Busca-se, também, demonstrar a impossibilidade de encaminhar uma reflexão sobre “opinião jornalística” atendo-se apenas aos espaços designados pelos jornais como reservados à opinião, ou seja, adotando a distinção entre jornalismo informativo e opinativo. Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre como essa configuração atual da opinião jornalística, no jornalismo político impresso brasileiro, acarreta problemas para o projeto de uma sociedade democrática e plural.

Palavras-chave: Opinião pública, jornalismo político e produção da opinião jornalística.

1. Introdução

Propõe-se, neste artigo, apresentar uma reflexão sobre o processo de produção da opinião no âmbito do jornalismo político.

Vem se tornando lugar comum constatar a importância e o peso da mídia, especialmente do jornalismo, nas disputas políticas contemporâneas. Do senso comum ao discurso auto-referencial da imprensa e passando pelos estudos acadêmicos essa relação impacta as perspectivas analíticas e práticas das possibilidades e obstáculos da democracia moderna e contemporânea. A noção chave desta relação é delineada pelo conceito de opinião pública e seus conseqüentes desdobramentos e complexificações.

Do simplismo maniqueísta dos primeiros estudos, que apontavam para uma permanente conspiração manipulatória dos meios de comunicação, aos trabalhos mais sofisticados, que apontam para uma análise mais complexa das relações entre a mídia, o jornalismo e a política e as suas especificidades e imbricações no caso brasileiro, o que se nota nas pesquisas desenvolvidas na área de comunicação e política é a presença de um desafio no sentido de elaborar interpretações que dêem conta de tal empreitada. Este

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Democracia”, do II Congresso Compolítica, na UFMG, em Belo Horizonte, MG, em dezembro de 2007.

² Professor do Departamento de Comunicação Social da PUC Minas e membro do grupo de pesquisa do CNPq “Teoria e Estudos sobre o Jornalismo”. E-mail: zfreitas@pucminas.br

³ Professora do Programa de Mestrado “Interações Midiáticas” da PUC Minas e membro do grupo de pesquisa do CNPq “Comunicação e suas interfaces”. E-mail: pires@pucminas.br

artigo busca contribuir nesse sentido apresentando uma reflexão teórico-metodológica sobre o processo de produção da opinião na cobertura de política de jornais impressos brasileiros.

Em vista desse propósito, organizou-se o presente artigo. Em primeiro lugar, parte-se de uma localização de questões-chave da política e da formação de opiniões nas complexas sociedades contemporâneas e do seu significado para o projeto de sociedade democrática e plural, bem como discorrer sobre a centralidade da opinião publicada na formação da opinião política.

Em seguida, examina-se as narrativas jornalísticas presentes nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* com relação a um acontecimento específico – mas com indícios de potencial analítico generalizante: a deportação pelo governo brasileiro dos boxeadores cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara que participaram dos Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro este ano. Privilegia-se, aí, por meio da identificação das rotinas de produção acionadas pelos jornalistas nas fases de apuração e edição e das opiniões por eles elaboradas, elucidar o que se compreende por opinião jornalística.

Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre como essa configuração atual da opinião, no jornalismo político impresso brasileiro, acarreta problemas para o projeto de uma sociedade democrática e plural.

2. Esfera pública política: da opinião pública à opinião publicada

Champagne (1998) define, com precisão, que a política é, antes de tudo, uma luta simbólica. Nela, cada ator político busca monopolizar a palavra pública, visando a impor sua visão de mundo como a mais correta e verdadeira ao maior número possível de pessoas, sobretudo “daqueles que são, econômica e culturalmente, desfavorecidos.”

O ideal democrático, desde sempre, se conecta com a necessidade contraditória de, por um lado, fomentar a pluralidade de opiniões, por meio de um debate argumentativo e, por outro lado, buscar a formação de consensos para a tomada e implementação de decisões. Esta é a beleza e tragédia dos processos democráticos. Este é nó górdio da teoria e da prática política. Este é o pano de fundo das potencialidades nobres e, certamente também das possibilidades farsescas dos processos políticos:

A livre concorrência política que caracteriza os regimes do tipo democrático tende a ocultar o trabalho de imposição (da opinião) que existe nesses regimes e que tem como objeto a construção de um consenso sobre os temas

passíveis de provocar desacordos. Nos regimes autoritários, esses esforços para tentar impor uma única e mesma visão do mundo são mais evidentes. (CHAMPAGNE, 1998, p. 25)

Eis o tema que, desde meados do século XVIII, atormenta o pensamento e a prática social e política: o que é opinião, o que é opinião pública, como elas se formam, como elas se relacionam com a política, como elas contribuem ou dificultam o processo democrático.

Dois caminhos principais, aqui apontados simplifadamente, se formaram desde então e podem ser percebidos como pontos de surgimento das tradições analíticas e normativas das discussões da teoria política moderna. De um lado, partindo de Thomas Hobbes e seu homem lobo do homem, a base das concepções liberais da competição e da ação estratégica como marcos das disputas políticas na arena pública. De outro, partindo de Jean-Jacques Rousseau, a busca da formação de uma vontade geral, baseada em uma concepção cívica e republicana de um homem amigo do homem, base das concepções republicanas, de cooperação e argumentação na arena pública.

Ambas inspiradoras, mas também problemáticas, estas vertentes analíticas perpassam o conjunto das análises políticas desde então. A necessidade de uma maior sofisticação analítica e de uma atualização moderna destas análises vai aparecer com o trabalho de Habermas. Um caminho promissor, porém complexo, é acompanhar as discussões que vêm se realizando há tempos, a partir da contribuição dada por Habermas, há mais ao menos quatro décadas com o seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, e por ele mesmo revista e ampliada mais recentemente em seu *Direito e Democracia*.

Na absorção e utilização desta contribuição habermasiana, que se tornou ponto de partida para os estudos e problematização contemporâneos sobre os processos de formação da opinião pública e da esfera pública, escolheu-se como fio condutor as análises e questionamentos apresentados por Gomes (2007) em texto recentemente colocado em debate.

Em seu diálogo com o texto habermasiano, este autor apresenta a contribuição atualizada de Habermas e instiga-nos a perceber a necessidade de se avançar na sofisticação dos conceitos de opinião pública e de esfera pública trabalhadas pelo pensador alemão.⁴

⁴ Não se trata aqui de resenhar o texto de Gomes, mas de demarcar alguns parâmetros de sua lavra para os objetivos propostos neste artigo. Considera-se que ele desenvolve um percurso dialógico com

Gomes (2007) delinea três tipos de opinião que circulam na esfera pública e a constituem. A primeira, colocada por Habermas no panteão e que agrada segundo Gomes “dez a cada dez deliberacionistas: opinião pública é a opinião coletiva resultante de um debate”, onde prevaleceria a boa vontade manifestada pela cooperação argumentativa. O terceiro tipo de opinião pública apontada por Gomes é aquela fruto das sondagens e ‘pesquisas de opinião’, coqueluches de dez a cada dez políticos e, diga-se, também dos publicitários e dos profissionais de marketing político.

Para a discussão que se apresenta a seguir neste artigo é importante marcar o avanço que Gomes (2007) produz a partir de sua discussão com o texto habermasiano, quanto ao segundo tipo de opinião pública: a sua definição de opinião publicada:

Opinião pública como opinião publicada é uma opinião seminal; não é pública porque produzida por muitos mas porque, em função da sua extrema visibilidade, outras pessoas deverão a ela aderir, assumindo-a como própria. Se eu sou um publicador de opinião (na verdade, os publicadores de opinião preferem pensar que são formadores de opinião) é porque produzo opiniões que outros vão assumir e replicar. Naturalmente, o centro produtor de opinião publicada é a comunicação de massa e os agentes centrais do sistema são os príncipes da opinião do jornalismo e da televisão.” (GOMES, 2007).

Como o próprio Gomes (2007) afirma na continuidade de seu texto, para Habermas o primeiro tipo (a opinião pública fruto do debate e da deliberação coletiva alicerçada em racionalidade) é o tipo nobre. Em termos ideais, tudo bem; mas em termos sociológicos, insiste o autor, há razões de sobra para um relativo ceticismo sobre o peso e a influência desse tipo de opinião sobre o sistema político e seus processos deliberativos:

Há boas e válidas razões, ao contrário, para acreditar que o tipo de opinião reflexiva, apoiada em razões públicas, produzida em público em seguida a debates abertos exerce muito menor efeito sobre as esferas onde são tomadas as decisões políticas, por exemplo, do que a opinião pública do segundo ou, principalmente, do terceiro tipo. Há muitas evidências de que a opinião publicada exerça uma influência considerável sobre as decisões políticas, que os príncipes da opinião política das indústrias da informação e do campo do jornalismo, possuam, ao mesmo tempo um enorme patrimônio de credibilidade jornalística, uma cota altíssima de capital político. E, no que tange à opinião número três, a disposição pública aferida pelas sondagens, o seu poder é ainda mais direto pelo fato de que a disposição pública está sempre pronta a ser convertida em votos. Inclusive, a influência da opinião publicada sobre o sistema político é tão grande justamente em função da sua capacidade de, por sua vez, influenciar a opinião pública do terceiro tipo. (GOMES,2007).

Habermas de maneira bastante original e produtiva para os temas e o campo de estudo das relações entre política e comunicação.

Assim, parece-nos claro que analisar e discutir os processos de formação desses tipos de opinião pública, alicerçadas, ao mesmo tempo, em sólidos debates teóricos e em um realismo analítico torna-se cada vez mais importante nos estudos sobre a comunicação e a política e nos desdobramentos empíricos para a consolidação ou obstacularização dos processos democráticos que certamente não se dão nunca por encerrados, realizam-se ou não, realizam-se mais ou menos, dependendo das circunstâncias e dos atores em disputa.

Na seqüência, a proposta é, a partir de um caso, refletir sobre o segundo tipo de opinião, a publicada e seu processo de construção no jornalismo impresso brasileiro.

3. Narrativa jornalística e processo de produção da opinião política

3.1. Considerações metodológicas

Tendo em vista o propósito deste artigo, optou-se por analisar a *narrativa jornalística*⁵ do episódio dos boxeadores cubanos privilegiando as rotinas de produção acionadas por articulistas, editorialistas, e repórteres no momento de elaboração do discurso jornalístico nos jornais impressos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S Paulo* e *O Globo*. Para o entendimento do que aqui se considera narrativa jornalística torna-se necessário recorrer ao conceito de dispositivo tal como proposto por Mouillaud (1997)⁶ e Verón (2004)⁷. Fausto Neto (2006) situa, de modo articulado, os conceitos dos autores e chama a atenção para as implicações que a adoção deste conceito de dispositivo traz para os estudos jornalísticos

Mouillaud amplia os desafios impostos ao processo analítico sobre discursividades jornalísticas, ao lembrar que “o discurso do jornal não está solto no espaço; está envolvido no que chamaria de dispositivo que, por sua vez, não é simples entidade técnica, estranha ao sentido (1997, p.30), instância esta que são os lugares materiais e imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (MOUILLAUD, 1997, p.34). [...] O jornal, nessa perspectiva, é agente e um lugar de operações de produção de sentidos [...] A noção de dispositivo associada ao jornal aparece diferentemente de um dispositivo teórico, no caso “o conjunto de um suporte e de um sistema de práticas de utilizações” (VERÓN, 2004, p.240). O jornal, nessa perspectiva, é agente e um lugar de operações de produção de sentidos [...] O dispositivo é uma matriz que impõe suas formas no texto e que tem uma outra especificidade, que é “o modo de estruturação do tempo e do espaço” do próprio discurso jornalístico (MOUILLAUD, 1997,p.) Os dispositivos estão presentes na “capa; relação texto/imagem; **modos de**

⁵ Precisar aqui o que se entende por narrativa jornalística é indispensável uma vez que, como se verá adiante, propõe-se que, para a apreensão da opinião jornalística, é necessário considerar a narrativa jornalística; não sendo possível capturá-la limitando-se ao exame de um texto jornalístico ou outro.

⁶MOUILLAUD, Maurice.Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Orgs.) *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

⁷ VERÓN,Eliséo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

classificação da matéria redacional; sistemas de chamada; ‘**percursos**’ **propostos ao leitor** (capa>índice>matérias) e as variações que aí se produzem’. (VERÓN,1985,p.211)” (FAUSTO NETO, 2006, p. 95-98, grifos nossos)

Assim, no âmbito deste artigo, serão considerados, de modo privilegiado, dois tipos de dispositivos presentes na narrativa jornalística. O primeiro, refere-se ao modo como o jornal categoriza⁸ jornalismo opinativo – editorial, colunas, artigos e crítica; jornalismo interpretativo ou analítico – análise, artigo, comentário e jornalismo informativo – notícia e reportagem. E, também, como a partir de tal classificação organiza sua diagramação. Exemplo: Na Folha de *S.Paulo*, as páginas 2 e 3 são reservadas à opinião. O segundo tipo diz respeito ao percurso proposto ao leitor ao tratar de um mesmo tema em diversos textos (chamada de primeira página> editorial>artigos>cartas>colunas>análise). Considera-se, aqui, que o dispositivo conforma uma grande narrativa jornalística do veículo, de natureza polifônica, que ultrapassa as pequenas narrativas circunscritas em cada texto.

Tal entendimento implica também a adoção de procedimentos metodológicos específicos para o estudo de uma narrativa jornalística. Nesse sentido, Pires (2007) propõe que se considere como indicador importante para a análise a recursividade com que o acontecimento aparece ao longo da edição do jornal examinada e, também, a suíte – relato dos desdobramentos de um fato. A autora assinala que a recursividade deve ser considerada tanto num sentido sincrônico quanto diacrônico.

Do ponto de vista sincrônico – a partir da sugestão de Verón (1985), apresentada acima – deverão ser considerados, para a análise, todos os gêneros⁹ que

⁸ Optou-se aqui por mencionar a categorização observada no Manual da Folha (2007). Nele, por exemplo, artigo pode trazer tanto interpretação ou opinião. Bonini (2003) observa que: “*Diferente dos demais, o manual da Folha de S. Paulo é claramente normatizador quanto ao modo como trabalho deve ocorrer no jornal. Talvez por este fato de ser concebido exatamente como um guia do jornal é que este manual descreva, em maior riqueza de detalhes, as práticas jornalísticas.*” Nesse sentido, são também pertinentes as considerações feitas por Albuquerque (1998) com relação à implantação do Projeto Folha. O autor transcreve um depoimento de Frias Filho acerca desse processo: “ Eu acho que se o processo não tivesse sido tão autoritário nesse período de 1984-1987, possivelmente não se teria chegado até onde se chegou – ao menos com tanta rapidez, não só em termos de desempenho do jornal, como circulação e publicidade, mas em termos de cultura jornalística. Um certo modelo montado a ferro e fogo na *Folha*, na segunda metade dos anos 80, tem sido adotado como padrão básico para os anos 90.” (ALBUQUERQUE, 1998, p.24). Albuquerque apresenta também a versão de Carlos Eduardo Lins e Silva, em seu livro intitulado “O adiantado da hora”: “isso se deve menos à conformidade do jornal a um *ethos* da objetividade jornalística do que a uma estratégia comercial, que visa cultivar uma relação de amor/ódio com seu leitor a fim de estimulá-lo a comprar o jornal.” (SILVA apud ALBUQUERQUE,1998, p.24).

⁹ Nos limites deste artigo adota-se o conceito de gênero proposto por Bonini (2003). O autor em seu artigo intitulado “Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?”

circulam no ambiente do jornal (editoriais, cartas, artigos, notícias, reportagens, entrevista etc.) que tratam do assunto em foco presentes na edição do jornal. Nesse sentido, Túñez (1999) sublinha que um dado significativo a ser considerado é quando se tem, além das notícias, a presença de opinião sobre o assunto na mesma edição do jornal.

E, na análise diacrônica ao modo como o fato foi recuperado temporalmente pelos jornalistas. Luhmann (2005, p.72) assinala que as condensações de sentidos “são produzidas no contexto recursivo das operações do sistema” (LUHMANN, 2005, p.72).¹⁰ Assim, acredita-se que o valor heurístico deste indicador – recursividade – reside em sua possibilidade de contraste. Nesse sentido, destaca-se também que o comparar narrativas jornalísticas de diferentes jornais, e, também, ao longo de um período, como é o caso, evidencia os enquadramentos feitos pelos diversos meios. Maia (2002, p.7) sublinha que:

Não podemos pensar que a esfera de visibilidade midiática se constitua apenas através de uma única modalidade de mídia. Primeiro, o processo não tem unicidade do emissor (como o modelo da comunicação interpessoal), e nem uma lógica geral ou uma consciência unificadora por trás do que é dito. Os diferentes tipos de mídia, com formatos, distintos de organização, funcionamento e regulamentação, apresentam especificidades irreduzíveis, constituindo uma produção diversificada e descentralizada.

adota o conceito proposto por Baktin: “a concepção de que o gênero se constitui nas atividades dos sujeitos socialmente constituídos [...] ligado atos enunciativos ou a ações de linguagem efetivos ou efetiváveis [...] de modo [a explicar] a ação dos sujeitos na linguagem .” (BONINI, 2003). Assim, será considerado o modo como eles se constituem no jornal.

¹⁰ Nesse sentido, é ilustrativo o exemplo dado por Pires (2007) com relação a uma arte intitulada “Lula e a Imprensa” publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 6 de agosto de 2004, ao tratar do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo. Nela o jornal apresenta não o processo de tramitação do projeto de lei, como seria esperável, mas a “memória dos atritos” do Governo com a mídia. A “recursividade”, nesse caso, pode ser vista, sob condição especial: a referência àqueles acontecimentos foi possível porque eles “estão envolvidos num contexto narrativo que pode continuar a ser narrado”. (LUHMANN, 2005, p.66). Nesse sentido, esse autor faz uma advertência pertinente: “como sociólogos, precisaríamos saber com que fim é utilizada essa segunda valorização e em que situações ela é empregada. O mais evidente é considerar aqui, em primeiro lugar, as intenções de desacreditar pessoas – destruir pessoas publicando mais uma vez sua história (...) se essa suposição se confirma, teríamos aí uma oportunidade para questionar os motivos para a reatualização de verdades, que pelo seu caráter de serem antigas, mal podem ainda ser comprovadas. Embora a verdade ou a suposição de verdade seja indispensável para as notícias e as reportagens, os meios de comunicação não seguem o código verdade/não-verdade, mas, mesmo em seu âmbito cognitivo de programação, o código informação/não informação. (...) O problema das informações não está nesse ponto [se é verdadeira], mas na seleção, e isso tem conseqüências de grande alcance para aquilo que se poderia denominar “criação de um clima” mediante os meios de comunicação. (LUHMANN, 2005, p.70-71)

A estrutura narrativa segundo Castro (2006, p.168) configura-se como um dos procedimentos que podem ser considerados “modos de construção discursiva da realidade operados pelo jornalismo, operações próprias instituídas pelas regras, valores e gramáticas compartilhadas pelos agentes desse subcampo, cuja legitimidade é produzida internamente”.

Por fim, ao privilegiar o estudo das rotinas de produção, compartilha-se com Albuquerque (1998) que a opção pelo “paradigma da produção da notícia” em detrimento do “paradigma da manipulação da notícia” é mais adequada na análise da cobertura noticiosa pelas seguintes razões

Em primeiro lugar, ele enfatiza a organização do trabalho jornalístico e a cultura profissional dos jornalistas como fatores fundamentais [...] Em segundo lugar, ele não nega a influência de fatores extra-jornalísticos na cobertura noticiosa, mas busca entender o modo como ela pauta o processo de produção das notícias. Em terceiro lugar ele permite considerar a participação dos sujeitos descritos pela cobertura em termos ativos – como fontes interessadas, cuja atuação influencia o conteúdo das notícias – e não apenas como objetos passivos dessa cobertura; e, dessa forma, ela permite sem desconsiderar a desigualdade fundamental que caracteriza as condições de acesso dos diversos sujeitos sociais aos media – avaliar a eficácia das estratégias utilizadas por esses sujeitos. (ALBUQUERQUE, 1998, p.25)

Isso posto, apresenta-se a seguir a análise de como a narrativa jornalística sobre episódio dos boxeadores cubanos foi construída e como ela revela o processo de produção da opinião política. Constituem o *corpus* de pesquisa o material jornalístico publicado pela *Folha de S. Paulo* no período de 25 de julho a 25 de agosto de 2007, material esse levantado na biblioteca da UOL e pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, entre os dias 7 e 11 de agosto de 2007.

3.2. Narrativa e opinião jornalística: o caso da deportação dos boxeadores cubanos

22 de julho de 2007. Guillermo Rigondeaux e Erisland Lara, boxeadores cubanos, abandonam a delegação do seu país nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.

No dia 29 de julho a *Folha de S. Paulo*, em seu caderno de Esporte, trata, em duas matérias, da partida, na véspera, de parte da delegação cubana. O ombudsman do jornal, Mário Magalhães, em sua coluna diária, do dia 30 de julho, chama a atenção não só para a presença da opinião no noticiário como também de uma opinião formulada sem informações suficientes:

A cobertura sobre a partida de parte da delegação cubana na noite de sábado e o desempenho do país caribenho no Pan é um exemplo negativo de como a opinião pode enviesar o noticiário, procedimento condenado pelo próprio projeto editorial da *Folha*.

O texto “País [Brasil] obtém mais pódios, mas piora” (pág. D5 de domingo) falou de passagem sobre “mais um cubano tentando arrumar confusão” na canoagem. Ponto. Que cubano? Que confusão? Por que “mais um”? Sem respostas.

A reportagem “Delegação cubana parte às pressas” (pág. D7 do domingo) tem mais problemas. Ela se refere a “rumores de que haveria uma deserção em massa”. Com todo respeito, é uma abordagem ingênua. Como bem sabem os opositores do regime comunista da ilha, o governo não trabalha com “rumor”, mas com informação e inteligência.

Trecho: “[...] Quando a TV Globo divulgou que os cubanos não participariam nem da cerimônia de premiação [do vôlei masculino] – o time ficou com o bronze”.

Por que o nem? Na Olimpíada de Atlanta-96, a seleção masculina de futebol brasileira esperou para receber o seu bronze ou foi logo embora, antes do final? Também anteontem, dois mexicanos medalhistas de ouro na canoagem não aguardaram – correram para o aeroporto, sem as medalhas.

O texto fala em “debandada”. Por quê? **A *Folha* não tinha informação para bancar que a saída não era planejada.** Em todas as delegações ocorre isso: à medida que se encerra a programação de um esporte, os atletas se vão. Por exemplo: a vila se esvazia de nadadores e se enche com o pessoal do atletismo na segunda semana.

Hoje o jornal insiste na expressão “debandada”, em título na capa do caderno do Pan. Em fotografia interna, entretanto, vêem-se dezenas de cubanos na cerimônia de encerramento.

A *Folha* faz um balanço para mostrar que Cuba, Bolívia e Venezuela tiveram performances aquém das de Santo Domingo, há quatro anos. Cala sobre a queda de medalhas dos Estados Unidos.

Cada vez mais atletas cubanos devem fugir, em busca de possibilidades que não têm em seu país. Penso ser direito deles. **O que condeno, é, a essa altura do século 21, a ideologização de cobertura esportiva com base em premissas de editoriais, de opinião.**

Em tempo: se quisessem mesmo ir embora em massa, os atletas de Cuba teriam ótimas oportunidades de desaparecer no centro do Rio, onde nas duas últimas semanas foram vistos aos magotes a pechinchar na área de comércio popular do Saara. Ou no calçadão de Madureira, no subúrbio, onde as jogadoras de vôlei iam às compras.” (MAGALHÃES, 2007a).

Nessa mesma crítica, o ombudsman com o subtítulo “Folha? Deu no Granma” tece o seguinte comentário:

O irado manifesto de Fidel Castro publicado no diário oficial Granma no fim de semana cita o furo da *Folha*¹¹, que entrevistou um promotor de lutas na Alemanha. O empresário afirmou ter contratado os dois pugilistas cubanos que abandonaram a delegação no Pan. Não vi na *Folha* referência à sua citação no Granma e ao seu atento leitor cubano. (MAGALHÃES, 2007a).

¹¹ O ombudsman em sua coluna semanal, do dia 12 de agosto, informa que essa entrevista exclusiva com o promotor de lutas na Alemanha que contava ter contratado os alemães foi de autoria de Eduardo Ohata, “ex-bouxeiro amador cujo currículo soma em três combates [aqui uma referência a três matérias, com problemas, assinadas pelo jornalista], três derrotas por nocaute técnico, Fidel Castro citou o novo ‘furo’ do diário oficial ‘Granma’ “. (MAGALHÃES, 2007b, p.8)

Ao mesmo tempo, tendo como base uma observação sistemática feita no jornal *Folha de S. Paulo* entre os dias 25 de julho e 25 de agosto de 2007, pôde-se observar nitidamente como a partir do momento em que se anuncia uma possível deportação o enquadramento passa a ser político-ideológico.

A editoria de esporte da *Folha* cobriu a deserção dos esportistas até o dia 04 de agosto quando publica a matéria “Polícia Federal afirma que cubanos serão deportados”.(RANGEL; OHATA, 2007) na qual menciona que o delegado-chefe da polícia Federal de Niterói, Felício Laterça, teria declarado que os boxeadores seriam deportados. Nessa matéria constam como fontes: o delegado-chefe da Polícia Federal de Niterói e o empresário da firma alemã Arena Box-Promotion – manager de outros quatro boxeadores cubanos refugiados na Alemanha. Ao final da matéria informa-se que o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) preferiu não se pronunciar sobre o caso, e, que a *Folha* havia contatado a Embaixada de Cuba, mas foi informada que o expediente se encerrara.

A partir deste momento, nota-se, claramente, uma mudança na estrutura narrativa do acontecimento. Nas matérias da editoria de esporte, anteriores a esta, as fontes citadas eram basicamente: empresa alemã Arena Box-promotion, presidente do Comitê Olímpico Cubano, esportista membros da delegação cubana, presidente do Comitê Organizador do Pan e assessor do Co-Rio, chefe da equipe de boxe. Com a migração da cobertura do fato para a editoria de política as fontes mudam: Polícia Federal, ministros da Justiça, senadores de oposição, presidente da Comissão de relações Exteriores do Senado, declarações de Fidel Castro na imprensa cubana, organização internacional de defesa dos direitos humanos, presidente da OAB, procurador da República, chefe de gabinete do presidente Lula, ex-ministro de relações Exteriores, entre outros. Nesse sentido, percebeu-se que “*não são os fatos senão a linha narrativa que determina a parte que se dá a cada personagem*”. (ARNO apud TÚÑEZ,1999, p.188).

Além da mudança de fontes, a linha da narrativa passa a ser a crítica à atitude do governo federal, apontado como tendo feito uma violação dos direitos humanos em especial ao direito de asilo político. Nesse sentido, Borrat citado por Túñez (1999, p.189) tece uma consideração pertinente:

[...] Quando o jornalista assume a linha narrativa, esta acaba convertendo-se em uma prática de rotina porque atua como referente para a seleção dos dados do relato, a ordem que serão narrados, a atribuição de papéis aos atores da informação, e para criar e orientar as expectativas do leitor assegurando ao relato o maior interesse jornalístico possível. (BORRAT apud TÚÑEZ, 1999, p.189).

É significativo o fato de, no dia 5 de agosto, na *Folha*, o assunto voltar a ser mencionado apenas na coluna de Elio Gaspari, publicada no caderno Brasil, intitulada “O governo entregará os boxeadores a Fidel”¹². Nela o posicionamento do colunista é claro:

LULA COLOCOU o Estado brasileiro a serviço da polícia política de Fidel Castro. [...] Os dois boxeadores (patrocinados por agentes europeus) não formalizaram um pedido de asilo, e o **ministro Tarso Genro assegura que se o fizerem** receberão o devido amparo, "imediatamente". [...] Sob custódia, não quiseram ver advogados dos agenciadores. **Pouco teria custado ter oferecido aos dois um período de graça para que fossem entrevistados por organismos da sociedade civil e por representantes da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.** [...] O argumento policial segundo o qual Rigondeaux e Lara eram estrangeiros que permaneciam ilegalmente no país é digno das megalhas comunistas. Se a **polícia-companheira** está preocupada com imigrantes ilegais, pode encher um estádio em horas, bastando-lhe varejar alguns pontos do Rio e de São Paulo. O aparelho do Estado brasileiro deteve Rigondeaux e Lara a serviço da repressão cubana, o resto é conversa fiada. (GASPARI, 2007, grifos nossos).

No dia 6 de agosto, o caderno de Esporte publica a matéria “Boxeadores de Cuba que desertaram deixam o Rio”. Interessante, ressaltar que, a partir daí, somente a coluna “Painel FC”, assinada por Ricardo Perrone, que apresenta os bastidores do esporte, continua tratando do assunto mas com enquadramento político.¹³ Curioso, ainda, é o fato de Eduardo Ohata, jornalista da editoria de Esporte, enviado especial ao Rio e responsável pela maior parte das matérias publicadas sobre o assunto, passar a ter suas matérias publicadas no caderno Brasil e não mais no de Esporte.

Já no dia 7 de agosto, o episódio ganha a primeira página dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A *Folha* publica a matéria “Senadores criticam retorno de cubanos”, elaborada pela jornalista Fernanda Krakovics, da sucursal de Brasília. Na matéria

¹² Interessante mencionar como posteriormente, em 19 de setembro, Elio Gaspari refere-se ao episódio e atribui a ação à polícia e não ao Governo, como fez neste dia 5 de agosto. Em meio a uma coluna sobre a ida do ministro Tarso Genro a Mônaco para tratar da extradição de Salvatore Cacciola, o colunista tece o seguinte comentário: “ [...] Fica mais fácil para o príncipe dizer que atendeu a um pedido de um idiota, amparado na lei, do que explicar aos miliardários da cote que ouviu os argumentos de um ministro **cuja polícia extraditou** dois atletas cubanos recuperados de um surto de insânia contra-revolucionária”. (GASPARI, 2007, grifo nosso)

¹³ Curiosamente, uma coluna diária do ombudsman da Folha, Bernardo Ajzenberg, de 18 de fevereiro de 2004, traz um comentário oportuno sobre essa coluna: “O Globo, corretamente, destaca em alto de página que a mensagem de Lula ao Congresso, entregue dias atrás por José Dirceu, inclui proposta e defesa da legalidade dos bingos. Essa bombástica informação, na Folha, consta apenas na primeira nota do Painel FC (Esporte, p.D2). **Ficou assim, escondida do noticiário político, onde deveria estar.** Faltou ao jornal, aí, equilíbrio na avaliação do dado. (AJZENBERG, 2004, grifo nosso).

informa-se que o líder do PSDB no senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento convocando os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Defesa, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos na Comissão de Relações Exteriores. O jornal *O Globo* publica matéria intitulada “Governo terá de explicar deportação de cubanos” e tem como bigode: “Oposição vai convocar ministros e chega a comparar o caso ao de Olga Benário, entregue a Hitler por Getúlio”.

O destaque, não só neste jornal, dessa comparação feita pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), juntamente com outras declarações de congressistas no corpo da matéria,¹⁴ apontam para a instalação de um conflito entre alguns senadores de oposição e o governo¹⁵. Gomes (2004) considera uma das principais características da narrativa no âmbito do jornalismo político:¹⁶ a presença do enquadramento do conflito como estrutura dramática. De acordo com ele, “*essa estrutura supõe que as pessoas e grupos estão necessariamente em conflito entre si, de forma que o narrador precisa apenas identificar a matéria deste conflito preciso e isolar os antagonistas [...] o enquadramento do conflito é também um princípio de seleção*”. (GOMES, 2004, p.347).

Considerando ainda esse deslocamento da cobertura da editoria de esporte para a editoria de política, Gomes citando James Fallows¹⁷ apresenta uma observação pertinente:

Fallows (1997:221) adverte que há, entretanto, uma diferença fundamental entre o enquadramento de conflito no esporte e na política, que consiste no fato de que na política “o tom da cobertura jornalística política afeta o modo como o jogo – jogo público é jogado”. Como cada demanda da esfera de visibilidade pública corresponde a uma resposta no interior do campo político, os agentes políticos cientes de que os jornalistas empregam um enquadramento de conflito estão prontos para desferir os ataques verbais em quantidades e modos necessários, assim que microfones e câmeras são

¹⁴ Importa ressaltar, ainda, que essa matéria traz no lead: “A deportação [...] foi alvo ontem de protestos no Congresso. Em nota, o residente do DEM, Rodrigo Maia (RJ), lamentou que o aparato de inteligência do governo Lula tenha sido usado para localizar, capturar e deportar os dois atletas como se fosse ‘um prolongamento da polícia política do ditador Fidel Castro’”. (VASCONCELOS, 2007, p.13)

¹⁵ Interessante também destacar que a apresentação do conflito pode ser considerada, por outro ângulo como um modo de dar credibilidade: “Gaye Tuchman, em trabalho de referência, argumenta que os jornalistas, para dar credibilidade às interpretações que o público espera que ofereçam sobre o mundo, recorrem a rotinas ritualizadas, a saber: 10 a apresentação de possibilidades conflituais, ou seja os famosos dois lados da questão ou ‘contraditório[...]’” (TUCHAMAN apud ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007)

¹⁶ A esse respeito, Gomes (2004, p.347) também sublinha que: “o jornalista político que adotou o modelo do espetáculo combina técnicas de apuração jornalística com técnicas de escrita dos escritores de ficção. Ele coleta e conta histórias. Quando descreve eventos, eles são apenas cenários e circunstâncias para as histórias que desenvolvem.”

¹⁷ FALLOWS, J. *Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ligados, de forma a assegurar os seus bons segundos de presença no telejornal da noite e nas manchetes do dia seguinte. (GOMES, 2004, p.349).

No dia 8 de agosto na matéria “Tarso elogia ação e diz que crítica é disputa política” o ministro avalia que “a Polícia Federal agiu dentro da legalidade e que os ataques à ação são ‘equivocadas’, mas ‘fazem parte da disputa política em curso’” (TARSO..., 2007).

Também no dia 8 de agosto a *Folha de S. Paulo* publica o editorial “Direitos nocauteados”, abaixo do título em destaque: “Deportação de dois boxeadores cubanos pela administração Lula é um desrespeito ao princípio de asilo político”. Dado seu caráter significativo para a análise proposta, optou-se por transcrevê-lo na íntegra:

A CONSTITUIÇÃO brasileira arrola entre seus princípios fundamentais a concessão de asilo político (art. 4º, X). É essa norma fundadora que o governo brasileiro violou ao deportar os boxeadores cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara para a ilha de Fidel.

Existe a possibilidade teórica de que tudo não tenha passado de uma operação rotineira de repatriamento. Esse seria o caso se os atletas cubanos de fato desejavam voltar para seu país, como alegam as autoridades brasileiras. As circunstâncias da deportação, entretanto, fazem dessa hipótese uma espécie de conto da carochinha.

Impressiona, em primeiro lugar, o açodamento da operação. Depois de desertar da delegação cubana no meio dos Jogos Panamericanos, os pugilistas foram detidos na sexta-feira¹⁸ no litoral do Rio de Janeiro por estar sem documentos. **Foram mantidos incomunicáveis** e, no domingo, já se encontravam em Havana, aonde chegaram num voo especialmente fretado. Logo foram enfiados numa “casa de visita” eufemismo da ditadura cubana para prisão.

O mínimo que se esperava do ministério da Justiça e do Itamaraty é que honrassem a tradição brasileira de concessão de abrigo a perseguidos políticos e dessem aos pugilistas o tempo e a oportunidade para decidir livremente se queriam retornar à ilha ou requerer asilo. **Isso exigiria colocá-los em contato com representantes de instituições independentes, como a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, a OAB, o Ministério Público ou a própria ONU, que lhes poderiam apresentar alternativas e prestar esclarecimentos. Se tais entrevistas tivessem ocorrido, ao menos não haveria dúvidas quanto à real disposição dos atletas em voltar.**

Embora alguns baluartes do governo Luiz Inácio Lula da Silva descrevam Cuba como uma “democracia popular”, trata-se de uma ditadura. **É altamente provável** que autoridades cubanas tenham feito ameaças a familiares dos boxeadores para convencê-los a retornar, expediente clássico usado desde sempre por estados autoritários.

Sejam quais sejam os desígnios e as maquinações por trás desse caso, **é fato incontestado que o governo Lula errou.** Na hipótese benigna, falhou ao imprimir à deportação velocidade olímpica, permitindo que se levantassem dúvidas quanto às reais intenções dos atletas. **A outra possibilidade, mais verossímil, é escandalosa: a administração petista colocou o aparato policial do Estado brasileiro a serviço de uma ditadura estrangeira.**

¹⁸ No dia 10 de agosto o jornal apresenta em “Erramos” uma retificação de que os pugilistas foram detidos na quinta-feira e não na sexta-feira como havia mencionado neste editorial.

Como resultado da ação estabonada, para não dizer servil, do governo brasileiro, dois seres humanos estão à mercê da vingança do regime de Fidel Castro.

A respeito desse editorial chama-nos a atenção a formulação de sua opinião com base argumentos que se estruturam em termos de possibilidades o que nos sugere uma ausência de fatos e o recurso a termos, como por exemplo “altamente provável”, para buscar legitimidade do que diz.

Cabe ainda ressaltar como, ainda no dia 8 de agosto, Luis Nassif em seu blog “Blig”, posta, às 13h28, um comentário chamando a atenção para o desencontro de informações entre o editorial e uma matéria publicada pela *Folha* nesse mesmo dia.

A informação “os pugilistas foram detidos na sexta-feira no litoral do Rio de Janeiro por estar sem documentos”, presente no editorial, é confrontada, por Nassif, com a matéria “‘Eles se entregaram’, diz dono de hotel no Rio”, de Sérgio Rangel, enviado especial a Araruama (RJ). O seguinte trecho da matéria é reproduzido:

Dono da Estalagem Pirata, Reinaldo Sá Fortes disse ontem não acreditar que os boxeadores cubanos foram presos pelos policiais militares na tarde do dia 2 em Araruama (115 Km do Rio). O proprietário da pousada afirmou acreditar que os atletas pediram ajuda aos policiais para voltarem ao país. “Eles eram bem discretos. Na quinta, os dois saíram para almoçar e voltaram com a polícia. Em nenhum momento os policiais disseram que os cubanos haviam sido presos. Eles chegaram sem algemas, foram aos seus quartos, pagaram a conta daqui e foram embora com os policiais. A impressão que eu tive era que os dois queriam voltar para a casa. Até as malas deles já estavam prontas. Na verdade, eles se entregaram”, disse Forte, que alugou cada quarto da modesta pousada por R\$ 50 por dia para cada atleta. O hotel fica localizado na praia Seca, região turística do município.(NASSIF, 2007).

Também cabe destacar as críticas feitas a este editorial pelo próprio ombudsman do jornal, Mário Magalhães. Em sua coluna semanal, do dia 12 de agosto intitulada “Jornalismo nocauteado” – uma alusão ao título do editorial – Magalhães tece o seguinte comentário:

[...]Com o reaparecimento de Lara e Rigondeaux, a viagem-relâmpago e a **transparência anêmica das autoridades brasileira, a opinião veio a se sobrepor aos fatos** na *Folha*.[...] Até então o noticiário focara os depoimentos à PF, o bate-boca entre governistas e opositores e o simulacro jornalístico do “Granma”. Uma admirável reportagem do jornal carioca “Extra” reconstituiu, na quinta, as quase duas semanas da farrá em liberdade. Além de testemunhos sobre a fartura de picanha e pistoleiras, o jornal conversou com o salva-vidas e o pescador a quem os lutadores apelaram para chamar a polícia, a fim de regressar a Cuba. Pelo que se sabe hoje, inexistiu pedido de asilo. Representantes da OAB e do Ministério Público estiveram com os estrangeiros e ouviram a vontade de “volver”. **Não é papel do ombudsman discutir o mérito de posições editoriais. É legítimo que o**

jornal as tenha e as divulgue. Nesse episódio, porém, pareceu haver opinião demais em contraste com informação de menos. E precipitação, ao conferir status de fato ao que era suposição. Desde a controversa "debandada", o espaço opinativo aparentou influenciar o noticioso. Os leitores ganhariam se a Folha tivesse demonstrado na apuração da história a mesma determinação que exibiu ao opinar quando os fatos ainda aconselhavam prudência. Persistem mistérios a investigar: a ruptura dos pugilistas com os alemães; eventuais ações comuns dos governos aliados de Brasil e Cuba contra fugitivos e agenciadores; **por que a PF, de modo obscuro, afastou a imprensa;** as ameaças da polícia política fidelista às famílias dos rebeldes; e muito mais. **O compromisso com os fatos não relativiza a evidência de que o regime cubano é uma ditadura de partido único** na qual se proíbem sindicatos e empresas independentes, greves, jornais autônomos, livros, acesso à internet e onde quem grita "Fora, Fidel" vai em cana.[...]. (MAGALHÃES, 2007b, p.8).

No dia 9 de agosto, o jornalista Luís Nassif, em seu blog "Blig" chama a atenção para o desencontro entre afirmações feitas pelo presidente da seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Wadih Damous, na seção de cartas de *O Globo*, página 6, e o comentário elaborado por Merval Pereira em sua coluna publicada nessa mesma edição do jornal, na página 4. Nassif transcreve a carta na íntegra e reproduz um trecho da coluna de Merval Pereira:

OAB esclarece

Diante das notícias desencontradas sobre os dois boxeadores cubanos que abandonaram sua delegação durante os Jogos Pan-Americanos, esclareço: a) na qualidade de presidente da OAB/RJ, estive na Polícia Federal em Niterói, sexta-feira à noite, para conhecer a situação dos dois atletas e oferecer-lhes assistência jurídica, caso a desejassem; b) quando cheguei à PF, os boxeadores não estavam mais lá, mas num hotel, em liberdade vigiada; c) na PF pude conversar não só com o delegado federal responsável pelo caso, como também com o procurador da República Leonardo Luiz de Figueiredo Costa, representante do Ministério Público Federal, órgão independente do governo. O procurador me informou que entrevistara os atletas a sós, sem a presença de agentes policiais, e ofereceu-lhes a possibilidade de ingressar com um habeas corpus para que permanecessem no Brasil, mas ambos lhe informaram que, por livre e espontânea vontade, tinham decidido regressar a Cuba.

WADIH DAMOUS, presidente da seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (por email, 8/8), Rio.

Coluna do Merval Pereira, em "O Globo" de hoje

Se o governo brasileiro fosse ao menos cauteloso, e não estivesse com tanta ânsia de prestar um favor ao amigo ditador, teria convocado representante das Nações Unidas para os refugiados, a OAB e a imprensa para que todos fossem testemunhas daquela história estrambótica que agora contam em notas oficiais.

Na melhor das hipóteses para o governo, os boxeadores cubanos foram enganados pelos agenciadores alemães e as autoridades brasileiras foram enganadas pelo "muy amigo" governo cubano.

O que também é outra história inverossímil. (NASSIF,2007a).

Curioso, ainda, nesse caso, é o fato de os esclarecimentos prestados pelo presidente da OAB (RJ) terem sido publicados como carta e não como uma matéria, na editoria de

política, retificando os equívocos da cobertura. Por outro lado, na mídia observam-se reclamações com relação à não divulgação da presença das duas autoridades ligadas ao governo, no dia 3 de agosto, no local da prisão dos cubanos – apenas no dia 11 de agosto a Folha publica uma matéria com um depoimento do procurador da República Leonardo Luiz Figueiredo confirmando o fato. De acordo com Merval Pereira essa presença “dá à posição do governo brasileiro um ar de legitimidade que deveria ter sido divulgada imediatamente”. Entretanto, o colunista acrescenta:

Mas não invalida a desconfiança de que a mudança de atitude [a deportação] tenha sido provocada por uma pressão irresistível do governo cubano [...] toda desconfiança se baseia, além da estranheza do episódio, nas relações mais que especiais do governo brasileiro com a ditadura cubana. (PEREIRA, 2007, p.4)

Ainda com base na observação realizada na cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* chamou-nos a atenção como o dia 12 de agosto é um exemplo interessante de recursividade nos gêneros opinativos: o assunto foi tratado exclusivamente neles. Foram publicados neste dia: o editorial “Mistérios na PF”, a coluna do ombudsman: “Jornalismo nocauteado”, um comentário intitulado “Fidel Net” assinado por Elio Gaspari, outro de Jânio de Freitas intitulado “Lá e cá”. E, ainda: a coluna “Painel FC”, de Ricardo Perrone, na editoria de Esporte e no caderno Ilustrada uma crítica assinada por Raul Juste Lores, intitulada “Documentário escancara frustrações” que trata da série “Em Cuba” de Felipe Lacerda. Ilustrativo, nesse sentido, é o que diz o Manual da Folha no verbete “editorial”: “os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem”. Nesse caso, pergunta-se: só pela reportagem?

Cabe esclarecer que nos interessa, em um próximo artigo, realizar uma análise comparativa desses textos com o objetivo de buscar identificar outras rotinas de produção dos gêneros considerados opinativos. Como destaca Túnez (1999), além das notícias, as rotinas se fazem presentes também nos gêneros. Entretanto, nota-se que os estudos desenvolvidos na área de teoria do jornalismo têm privilegiado discutir as rotinas de produção no processo de fabricação da notícia.

Neste artigo, importa sublinhar que essa significativa característica da narrativa jornalística de apresentar-se, de modo privilegiado nos espaços opinativos, quando o assunto é de interesse das empresas tem sido apontada por diversos autores. Nesse

sentido, o estudo *Mídia e Políticas Públicas de Comunicação*¹⁹, uma investigação aprofundada realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e publicada em fevereiro de 2007, observa que

Uma parte expressiva da cobertura sobre as Políticas Públicas de Comunicação entre 2003 e 2005 foi composta por um material opinativo bastante volumoso — 25% dos textos analisados foram publicados em espaços como editoriais, artigos e colunas. Isso ficou evidente especialmente na atenção dedicada a alguns casos que tiveram lugar durante o período em foco (CFJ e Ancinav, por exemplo). **Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que 75% dos conteúdos eram de caráter essencialmente informativo.**²⁰ Esse perfil do noticiário sugere, entre outras conclusões, que as direções dos jornais acabam por abrir espaço para discussões que demarquem posições a respeito das PPC. O que não significa, no entanto, que esteja sendo assegurado pelas empresas um maior esclarecimento sobre as diferentes questões concretas em jogo. Quando analisamos quais são as fontes primárias ouvidas pelos jornalistas, novamente vem à tona uma das principais tendências observadas na cobertura, ou seja, a concentração da discussão no âmbito do governo e das empresas — e, no outro lado da moeda, a conseqüente desvalorização da sociedade civil como voz relevante nesse debate. (ANDI, 2007, p. 187, grifo nosso)

Por fim, cabe destacar um comentário elaborado pelo jornalista Alon Feuerwerker e postado em seu blog, no dia 11 de agosto a respeito da matéria publicada, nesta data, pelo *O Estado de S. Paulo* e intitulada “Direito dos lutadores cubanos foi ignorado”, assinada por Gabriel Manzano Filho. Na matéria é reproduzida uma entrevista pingue-pongue realizada pelo jornalista com o ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer. Nessa entrevista, merece destaque as seguintes falas de Celso Lafer: “O que parece ter ocorrido, segundo algumas autoridades, é que [...] Se foi isso eu ocorreu – e essa é uma versão verossímil – caberia ao Brasil fazer gestões diplomáticas...” (LAFER apud MANZANO FILHO, 2007, p.6). Com relação a ela Feuerwerker comenta:

Vamos por partes. O embaixador Lafer discorre na entrevista sobre “o que parece ter ocorrido, segundo algumas autoridades”. **Imaginem se eu, um**

¹⁹ Esse estudo coordenado pela Andi, em parceria com a Fundação Ford, partiu da seguinte indagação: “Como a mídia, um dos guardiões da democracia, guarda a si mesma?” (ANDI, 2007, p. 5) Para respondê-la, formou-se um *corpus* com textos extraídos de “53 jornais impressos publicados em diversos Estados brasileiros e quatro revistas de circulação nacional. A pesquisa analisou uma amostra de 1.184 textos jornalísticos, publicados entre 2003 e 2005, que traziam conteúdos relacionados com o foco temático principal (Políticas Públicas de Comunicação).” (ANDI, 2007, p. 7)

²⁰A distribuição do material opinativo por tipos de texto foi, de acordo com a pesquisa, a seguinte: matérias/reportagens: 19,0%; colunas ou notas de colunas assinadas: 57,1%; artigos assinados: 11,1%; entrevistas: 12,4%; editoriais: 0,4%. Entretanto, deve-se considerar que esses dados correspondem a todo o período analisado, o que significa que “os fatos excepcionais [como o do CFJ] destacados ao longo do período analisado não só acabaram correspondendo por parte significativa da cobertura, mas também imprimiram uma certa lógica a mesma.” (ANDI, 2007, p. 13) De fato, constatou-se no material examinado uma expressiva predominância do opinativo. No entanto, deve-se fazer uma ressalva também à afirmação de que “75% dos conteúdos eram de caráter essencialmente informativo” (ANDI, 2007, p. 187). Neste artigo, entretanto, busca-se demonstrar que a opinião espraia-se por todo o material dito informativo.

modesto jornalista, passasse a pontificar aqui, no meu também modesto blog, sobre “o que parece ter ocorrido”, segundo “autoridades” não nomeadas. Mas um ex-chanceler brasileiro, entrevistado por um importante jornal brasileiro, dá-se ao luxo de analisar o que “parece” que aconteceu. Pensando bem, eu compreendo o embaixador Lafer. Ele prefere falar sobre o que “parece” ter acontecido (quem falou em ameaças às famílias dos lutadores foi o agenciador alemão que tentou comprar os passes deles), talvez por vislumbrar quão difícil seria justificar certas posições à luz do que de fato aconteceu. De todo modo, é um sintoma dos tempos. Tem uma turma lá no Itamaraty que vive de tocaia, esperando a primeira oportunidade para descascar a política externa do país. **É um grupinho de embaixadores de pijama que sobrevive falando mal do Brasil para quem precisa que se fale mal do Brasil. Só o medo do ridículo os contém.** E nem sempre. (FEUERWERKER, 2007, grifo nosso).

Esse comentário suscita três reflexões. A primeira diz respeito à emissão de opinião com base em suposição. A segunda ao expediente dos jornais de buscarem declarações de pessoas que reforcem a posição defendida e, a última, a possibilidade de constrangimento de opiniões na esfera de visibilidade midiática.

Este expediente do jornal *O Globo* de apresentar opiniões com base em suposições – sugerindo-nos a presença de uma rotina – foi também observado por Pires (2007) com relação à cobertura do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). A autora destaca, como um dos exemplos, a matéria intitulada “STJ: tentativa esbarra na Constituição” — cujo bigode afirma que, “Segundo presidente do tribunal, sociedade tem direito garantido à informação” —, lê-se o seguinte:

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, defendeu ontem a liberdade de imprensa e lembrou que ela está resguardada pela Constituição. **Vidigal disse que não conhecia o projeto e que falava em tese**, mas ressaltou que qualquer tentativa de cercear a liberdade de imprensa nem deveria ser discutida. [...] Edson Vidigal evitou, entretanto, responder se considerava o projeto inconstitucional ou não: – **Não li o projeto, mas o que está escrito na Constituição é o que vale**, é o que se impõe. (JUNGBLUT, 2004, p.8, grifo nosso).

Assim, percebe-se que os pontos de vista presentes polemizam “sobre o projeto” mas “fora do projeto” ou, como bem observou José Luiz Braga: “ percebe-se a presença de um campo polêmico de posições *acionadas* pela existência de um projeto que sequer precisa ser lido para que a polêmica ocorra”, colocando em questão a qualidade da opinião publicada.

O destaque, no título, da declaração do ministro do Superior Tribunal de Justiça que não leu o projeto e a apresentação da entrevista com o ex-ministro de Relações

Exteriores que também emitiu opiniões sobre o que lhe parecia ter ocorrido, sugere-nos, ainda, a presença do que Ribeiro (1994)²¹ denominou “ditadura da pauta”:

Através desse recurso, praticado de maneira assumida pela revista Veja, o material é inteiramente planejado de acordo com interesses políticos e/ou comerciais; cabe ao repórter preencher os vazios do texto com declarações convenientes. (RIBEIRO apud ALBUQUERQUE, 1998, p.22)

A atenção a essa rotina de produção – por meio da qual o jornalista parece influir na percepção que o entrevistado tem do *clima de opinião* – pode ser melhor dimensionada por meio de um dos questionamentos básicos formulados por Noelle-Neumann acerca da “necessidade de se conhecer as *condições necessárias para o estudo empírico da opinião pública*” (NOELLE- NEUMANN apud HOHLFELDT, 2001, p.234):

Que posição adotam os meios de comunicação ante esse tema? A que grupo apóiam os meios influentes? Os meios são uma das fontes de que procede a avaliação que as pessoas fazem do clima de opinião. **Os meios influentes emprestam palavras e argumentos aos outros jornalistas e aos que estão de acordo com eles, influenciando assim no processo de opinião pública e na tendência a expressar-se ou ficar calado.**(NOELLE- NEUMANN²² apud HOHLFELDT, 2001, p.235).

E a terceira diz respeito ao comentário final de Feuerwerker (2007): “Só o medo do ridículo os contém. E nem sempre”. Percebe-se nesta fala do autor a presença – nem sempre eficaz, na visão dele – da espiral do silêncio tratada por Noelle-Neumann em seus estudos sobre opinião pública:

De acordo com Noelle-Neumann os pressupostos que sustentam sua teoria são: (1) a sociedade ameaça os indivíduos desviados com o isolamento; (2) os indivíduos experimentam um contínuo medo ao isolamento; (3) este medo ao isolamento faz com que os indivíduos tentem avaliar continuamente o clima de opinião; (4) os resultados dessa avaliação influem no comportamento em público, especialmente na expressão pública ou no ocultamento das opiniões. (NOELLE-NEUMANN apud HOHLFELDT, 2001, p.235).

Nesse mesmo rumo, Gomes (2007) sugere-nos uma outra dimensão a ser considerada. Para ele a extrema visibilidade midiática da opinião publicada garantiria a publicidade

a esfera de visibilidade de massa da comunicação mediática força aqueles que quiserem apresentar razões em defesas de seus interesses e ponto de vistas a confrontar-se com um auditório abstrato e universal, que, portanto, tende a rejeitar razões particulares e egoístas. Naturalmente, razões não-

²¹ RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta: condições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Olho d'água/Brasiliense, 1994, p.101.

²² NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *La espiral del silencio – Opinión pública: Nuestra piel social*. Barcelona: Paidós, 1995.

públicas podem sempre se travestir de justificações universais, mas, de qualquer forma estará sempre sujeito ao risco do desmascaramento e do constrangimento, pois num auditório universal domina a vigilância recíproca e nunca se sabe, ao se fazer um lance argumentativo, quem vai reagir e questionar as razões apresentadas. De forma que também nesse caso, é a visibilidade quem socorre a publicidade. (GOMES, 2007).

É o que parece estar já ocorrendo, no Brasil, numa escala não muito ampla, mas significativa, em diversos blogs e sites de jornalistas e especialistas que assumem um papel de análise e de crítica em relação ao que é publicado nos espaços opinativos. Exemplos: “Blogdoalon” de Alon Feuerwerker, no “Blig” de Luis Nassif e no site do “Observatório da Imprensa”, dentre outros. E, também, na coluna do ombudsman, como pôde ser visto neste artigo.

Considerações iniciais : opinião jornalística ou opinião publicada no jornal?

Pelo exposto, buscou-se demonstrar como os textos revelaram a presença de emissão de opinião em contraposição aos fatos noticiados pelo próprio jornal; do opinativo no espaço noticioso; posição política como critério *a priori* de cobertura; interação entre a linha geral da cobertura e a busca de “fontes” que a respaldassem e a formulação de opinião com base em hipóteses.

E, ainda, a coluna política, da qual se espera análise e interpretação de fatos e, portanto, sintonia com o noticiário do veículo em que se escreve, emitir pontos de vista sem se levar em conta as informações já disponíveis aos leitores naquele mesmo dia no espaço noticioso. Se considerarmos que as colunas políticas têm como leitores pessoas já informadas e que têm interesse em compreender melhor o fato em questão para formar sua opinião, que opinião o jornalista então está produzindo? E de um editorial que se comporta do mesmo modo? Que distância é essa que separa a direção de redação da reportagem? Sabe-se que as rotinas de apuração e o acesso a fontes (privilegiadas) por parte de colunistas, articulistas e editorialistas é o que lhes permite, em tese, produzir análises e opiniões mais qualificadas, mas quais as implicações dessa distância com relação aos fatos também apurados pela reportagem?

Nesse sentido, um texto publicado por Luís Nassif em seu blog, no dia 6 de agosto, traz reflexões pertinentes e corrobora o que foi apontado na análise, aqui realizada, da cobertura da deportação dos boxeadores cubanos. Referindo-se à cobertura das eleições de 2006 e do acidente da Tam, Nassif sublinha:

Historicamente, sempre houve uma relação tensa nas redações, entre o chamado aquário (direção de redação) e a reportagem. Um pensa o produto, aquilo que impacta o leitor; a reportagem traz os fatos. Há uma lição que nenhum veículo pode ignorar: não se pode brigar com os fatos.

Nos anos 90, esse conflito muitas vezes foi resolvido de maneira pouco técnica: manchetes que não acompanhavam a notícia; ênfase exclusiva nas informações que se adequavam às teses do “aquário”. Mas de qualquer forma, procurava-se preservar a notícia e não brigar com os fatos.

[...] Havia mau jornalismo [nos anos 90], os críticos reconheciam, **mas não havia alinhamento ideológico ou político com ninguém.**

Agora, essa imagem está comprometida por dois episódios [as eleições de 2006 e o acidente com o avião da TAM] em que a soma de erros coletivos por parte da mídia atingiu proporções inéditas.

[...] É como se as redações estivessem nas mãos de “focas”, tal a relação de impropriedades cometidas, de erros de julgamento, de retificações sem pedidos de desculpa. O que explica essa falta coletiva de limites?

[...] Pior subproduto dessa imprudência não é nem a radicalização que começa a tomar conta do país e **preocupa: é o enfraquecimento da mídia.** Se fosse apenas uma questão financeira, problema dos administradores de cada órgão. Acontece que – embora o controlador da Editora Abril, Roberto Civita, pareça não saber – **o jornalismo de opinião é elemento fundamental em uma democracia. Dos poderes, é o que tem mais agilidade para pressionar por reformas, por acertos, para impedir abusos, para colocar limites aos demais poderes.**

Mas como se faz em um país em que – pela palavra do dono de alguns dos principais veículos – a mídia é apenas um grande supermercado, em que convivem “príncipes dos cronistas” e o mundo cão?

Se quisesse, a mídia poderia produzir diariamente críticas fundamentadas contra o governo Lula. Com a banalização das denúncias, com o **enfraquecimento da reportagem, em favor do “aquário”,** perdeu-se esse referencial.

A mídia perdeu muito. Mas o país também. (NASSIF,2007b, grifos nossos)

Chega-se aqui a um ponto decisivo para a análise do processo de produção da opinião publicada em boa parte da imprensa escrita brasileira. Parece claro que neste processo tem sido levado em conta muito mais uma radicalização política, que contamina toda a cobertura, mas certamente com maior intensidade nos espaços considerados ‘opinativos’, do que uma elaboração discursiva e interpretativa dos fatos noticiados. A opinião publicada tenta, assim, assumir um protagonismo na cena política²³ e em sua produção se distancia das referências apontadas pelos estudos acadêmicos mais tradicionais sobre gêneros jornalísticos, por exemplo aqueles desenvolvidos por Beltrão (1969,1976,1980), Melo (1985), e Chaparro (1998). A opinião publicada vai se tornando muito mais um ‘posicionamento político’ do que uma

²³ Nesse sentido, Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) sublinham: “A politização da imprensa não é, em si, condenável ou louvável. O posicionamento em relação a temas e projetos da pauta pública contribui para alimentar o repertório disponível aos cidadãos para que formem opiniões e tomem decisões. No entanto, o democrático é que haja uma pluralidade de informações e opiniões à disposição do público. Este pluralismo pode ser interno – quando cada veículo pretende trazer todas as versões e interpretações para as notícias – ou externo, quando várias empresas jornalísticas dividem o público de acordo com as suas opiniões políticas, oferecendo linhas editoriais explicitamente diferentes.”

análise opinativa ou interpretativa; perdendo assim parte de sua aura mediadora e parecendo converter-se em um contentor em disputa, sem abandonar o discurso auto-referencial fundado na visão liberal da liberdade e da pluralidade da imprensa. Assim, as tipologias usuais (informativo, interpretativo e opinativo) ajudam muito pouco, as vezes pouquíssimo, na análise da produção jornalística contemporânea brasileira.

Por fim, vale ressaltar que neste processo, vem ocorrendo, por razões diversas, que fogem aos objetivos e à competência deste artigo, uma complexificação da formação de opiniões na sociedade brasileira. Vários analistas já apontaram este fenômeno e seus possíveis desdobramentos para a relação entre a mídia e a política. Descrito como um descolamento entre a ‘opinião publicada’, tratado ainda em muitos círculos como “opinião pública”, e a opinião expressa de variados modos pela maioria da sociedade, este fenômeno exige um maior aprofundamento e mesmo pesquisas mais focadas e de médio prazo. Talvez um dos exemplos iniciais deste processo de descolamento tenha sido o plebiscito de 2005 sobre o desarmamento, no qual a opinião publicada, e aí não se pensa apenas na imprensa escrita, mas em um conjunto mais amplo de agentes produtores de opinião, foi sobejamente derrotada nas urnas pelos eleitores. De lá para cá outros exemplos se somaram, o mais expressivo talvez tenha sido a reeleição do presidente Lula, após um intenso período de críticas veiculadas pela mídia.²⁴ Deste descolamento apontado busca-se aqui inferir quatro conseqüências que parecem-nos relevantes para um aprofundamento analítico:

- a) a complexa e intrincada rede de formação de opiniões na sociedade brasileira das últimas décadas, que não se deixa revelar facilmente por meio de categorias e instrumentos analíticos tradicionais;
- b) o papel da ‘opinião publicada’ nesta complexa rede e a perda de importância relativa no conjunto das opiniões que se formam e que se consolidam em hegemonias provisórias;
- c) a conseqüente radicalização opinativa dos espaços e autores das ‘opiniões publicadas’, que passam a manter opiniões com a aparência de jornalísticas, mesmo quando as tradicionais apurações jornalísticas não as confirmam ou, por vezes, mesmo as desmentem.

²⁴ Nesse sentido, ver instigante artigo intitulado “Mídia e democracia no Brasil: da ‘eterna vigilância’ a ‘justa frustração’ elaborado por Lattmann-Weltman (2006). E, também, as pertinentes reflexões apresentadas por Lima (2006) sobre os colunistas políticos na cobertura da crise política de 2005-2006.

d) a recorrente quase unanimidade nos espaços opinativos 'oficiais' da imprensa que trespassa os editoriais, as colunas e os artigos, configurando o que Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) descreveram como uma ausência de pluralismo (ver nota número 23). Neste cenário da opinião publicada, como parece ser confirmado, pelo menos parcialmente pelo caso aqui analisado, falta a controvérsia. As opiniões, para além dos aspectos já apontados em seus processos de produção, são em quase totalidade expressões de UMA SÓ opinião, defendida por vozes diferentes. Promove-se um simulacro de pluralidade de vozes, mas que se repetem em uníssono. Distancia-se assim, um pouco mais, a opinião pública do ideal normativo da opinião pública, que exigiria o confronto de opiniões por vezes antagônicas em busca do esclarecimento. Nesse aspecto, ressalta-se de forma mais nítida as questões das tensas relações entre a cobertura da política, a formação de opiniões na sociedade brasileira e a necessária oxigenação do processo político no rumo de uma disputa democrática e pluralista.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). **Mídia e políticas públicas de comunicação**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.andi.org.br/_pdfs/midia_ppc.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2007.

AJZENBERG, Bernardo. Crítica diária. **Folha Online**. 18 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/criticadiaria/ult2114u71.shtml>>. Acesso em: 02 out. 2007.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: RUBIM, Antônio Albino C.; BENTZ, Ione M. G.; PINTO, Milton José (Orgs.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis:Vozes, 1998.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: Imprensa e eleições presidenciais em 2006. In: **ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS**, 16, 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. São Paulo: Falco Masucci, 1969.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1976.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal; o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?. 2003. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/11.htm>. Acesso em 03 out. 2007.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. Mídia e política. Controversas relações. In: INÁCIO, Magna; NOVAIS, Raquel; ANASTASIA, Fátima. (Orgs.) **Democracia e referendo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém/PT: Jortejo, 1998.

FAUSTO NETO, Antônio. Enunciação jornalística entre dispositivo e disposições In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marinalva. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FEUEERWERKER, Alon. O "non-refoulement" e a liberdade individual, segundo o embaixador Celso Lafer (11/08). 2007. Disponível em: <<http://blogdoalon.blogspot.com/2007/08/o-non-refoulement-e-liberdade.html>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

FREITAS, Ananias José de. *O eclipse da Política, o Mercado e a cobertura jornalística*. 2001. Tese (Doutorado). ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

FREITAS, Ananias José de. Monitoramento da Imprensa: um movimento pela qualidade e pela ética. In: JESUS, Eduardo; SALOMÃO, Mozahir (Orgs.) **Interseções plurais**. São Paulo: Annablume, 2007 (no prelo)

GOMES, Wilson. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Publicidade, visibilidade, discutibilidade. Para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: **ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS**, 16, 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências (Orgs.). Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

JUNGBLUT, Cristiane. STJ: 'Tentativa esbarra na Constituição'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de ago. 2004. 1º Caderno, p.8.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e democracia no Brasil: da eterna vigilância" a "justa frustração". In: GOULART, Jefferson O. (Org.). **Mídia e democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Tradução de Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MAGALHÃES, Mário. Crítica diária. **Folha Online**. 30 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/criticadiaria/ult2114u71.shtml>>. Acesso em: 02 out. 2007a.

MAGALHÃES, Mário. Jornalismo nocauteado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2007b. 1º Caderno, p.8.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública (versão modificada). In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 25, 2002. Salvador. *Anais...* Salvador: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

NASSIF, Luis. O ping pong dos cubanos em “O Globo”. 2007a. Disponível em: <http://z001.ig.com.br/ig/04/39/946471/blig/luisnassif/2007_08.html>. Acesso em: 21 ago. 2007.

NASSIF, Luis. A mídia perdeu; o país também. 2007b. Disponível em: <http://z001.ig.com.br/ig/04/39/946471/blig/luisnassif/2007_08.html>. Acesso em: 21 ago. 2007.

Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo – 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm>. Acesso em: 21 out. 2007.

PEREIRA, Merval. Fatos e versões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2007. 1º Caderno, p.4.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Mídia e (In)transparência dos processos jornalísticos. In: JESUS, Eduardo; SALOMÃO, Mozahir (Orgs.) **Interseções plurais**. São Paulo: Annablume, 2007 (no prelo)

RANGEL, Sérgio; OHATA, Eduardo. Polícia federal afirma que cubanos serão deportados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 ago. 2007. Esporte, p.2.

TARSO elogia ação e diz que crítica é disputa política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 ago. 2007. 1º Caderno.

TÚÑEZ, Miguel. Producir noticias. **Como se fabrica la realidad periodística**. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, 1999.

VASCONCELOS, Adriana. Governo terá de explicar deportação de cubanos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 ago. 2007. O País, p.3.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.